

Dois Reptos para a Presidência da União

Álvaro de Vasconcelos

Portugal tem hoje uma perspectiva mais política da União. A Presidência é uma oportunidade para demonstrá-lo. Não basta gerir bem os diferentes dossiers. É necessário deixar um traço forte com propostas para democratizar a União e impulsionar as relações com o Mercosul.

Portugal redescobre a Europa política. No fim de contas, volta ao impulso inicial que motivou a adesão à Comunidade. Os primeiros anos do Portugal comunitário foram marcados, porém, por uma atitude defensiva, de marginalidade do ponto de vista político. Da União Europeia, queriam os governantes (e não só) as benesses do desenvolvimento, que aliás souberam em larga medida obter e gerir. Opunham-se, contudo, em nome do atlantismo e de uma fantasiosa relação especial com os Estados Unidos, a avanços na política europeia de defesa e mantinham acérrimo apego à intergovernamentalidade e ao veto. O federalismo, defendido por muito poucos, era considerado pelos demais como perigoso cosmopolitismo e duvidoso patriotismo.

A mudança de atitude que se nota desde a primeira presidência portuguesa, em 1992, parece agora a ponto de tornar-se definitiva. Dois exemplos assim o indicam: o apoio manifesto à política europeia de defesa e a constatação, publicamente feita, de que o federalismo pode, afinal, favorecer os pequenos Estados. Outro sinal é o apoio inequívoco aos alargamentos à Europa central e de leste. Da "Europa connosco" dos anos de transição passou-se à "Europa (e nós) convosco", em nome dos mesmos e bons motivos: a consolidação da democracia e o progresso económico e social.

A actual presidência constitui uma oportunidade para que Portugal imprima um cunho próprio à resolução das questões fundamentais com que a construção europeia se depara. A par disso, a presidência portuguesa deve reflectir também a visão europeia do mundo. Fá-lo de certa forma na Cimeira sobre o emprego e a competitividade, que procura definir qual o modelo económico que melhor defende os direitos sociais num mundo globalizado, e propõe a via da responsabilização solidária dos Estados e da União no combate à pobreza e à ignorância que a alimenta, recusando, assim, uma perspectiva ideológica, neoliberal, da globalização.

De todo o modo, a Cimeira será encarada, antes do mais, como uma reflexão sobre questões internas da União Europeia, e é desejável que Portugal deixe também o seu cunho em matéria de política externa europeia. Porque não eleger como prioridade o fortalecimento da relação estratégica entre o Mercosul e a Europa? O Mercosul, comunidade que se inspira na experiência europeia, constitui o potencial polo sul-americano de um mundo mais equilibrado e multilateral. Não existe até hoje, fora da Europa, experiência comparável. Apesar disso, a negociação do acordo de comércio livre entre a União Europeia e o Mercosul avança a "passo de caracol" devido à resistência dos lobbies agrícolas, especialmente os franceses. A presidência portuguesa pode e deve propulsar esse acordo, que é tanto mais urgente quanto se perfila, após as eleições americanas, o relançamento da Área de Livre Comércio das Américas, do Alaska à Patagónia e onde o Mercosul corre o risco de se dissolver. Além de reforçar o intercâmbio com a Europa, é também preciso que o Mercosul se fortaleça, criando inclusivamente as instituições necessárias a um aprofundamento da integração.

Em matéria de política europeia «para dentro», a importância da reforma institucional devia medir-se em termos do acréscimo que conferir à democraticidade da União Europeia. A questão fulcral da construção europeia é hoje

colmatar o défice democrático no seu funcionamento e criar uma democracia supranacional. Alterar a ponderação de votos no Conselho, seja isso necessário ou não, alterará o equilíbrio entre os Estados. Mas os cidadãos europeus não se sentirão nem mais nem menos representados por o seu governo ter um ou dois votos a mais ou a menos no Conselho. Fixar um *numerus clausus* para a Comissão e optar pela rotatividade dos seus membros, abandonar quase por completo a unanimidade e o veto e generalizar o voto por maioria qualificada – contribuirá talvez para tornar a União mais eficaz. Mas não mais democrática. Desde Maastricht que é evidente a necessidade de um maior controle político das decisões comunitárias pelos cidadãos. O trauma dos referendos adiou essa reforma democrática para depois de Amsterdão e vai adiá-la ainda, assim parece, para depois do ano 2000.

Os planos conhecidos da presidência revelam uma certa timidez nesta matéria fulcral, ao contrário do que a atitude interveniente que Portugal adoptou levaria a crer. A CIG2000 começa sob presidência portuguesa, mas nem por isso deve Portugal optar pela posição minimalista e tentar deixar tudo o mais parecido possível com o que está. Dizia Francisco Lucas Pires que os pequenos Estados não deviam limitar-se a fazer obstrução passiva à reforma institucional mas, bem pelo contrário, propor aquilo a que chamou a «linha justa» – traçada em função da democratização e da separação dos poderes – ou seja, assumir a defesa do verdadeiro federalismo. Porque não propor na conferência intergovernamental a criação de uma segunda câmara com poderes legislativos no Parlamento Europeu, com número igual de senadores por país e eleita, directamente, pelos cidadãos? A presidência, momento singular de protagonismo, não é a única oportunidade de Portugal fazer vingar a «linha justa». Ocasões não faltam, no quotidiano do processo de decisão. Mas o certo é que Portugal só voltará a estar na presidência daqui a vários anos. Terá nessa altura a capacidade que tem hoje para influenciar a política da União? Ou terão as presidências perdido grande parte da sua importância?